

# **OS REGIMES ALIMENTARES MUNDIAIS E A PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA, OS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 1920 a 2006**

Jessica Odila Lourenço de Souza<sup>1</sup>

Paulo Henrique de Oliveira<sup>2</sup>

**Resumo:** A abordagem dos regimes alimentares mundiais nos permite perceber como os mesmos interferem na produção agrícola, neste caso, mais especificamente no Brasil. O avanço e/ou retrocesso das culturas agrícolas pode ser percebido em concomitância a emergência e queda dos regimes alimentares, impostos por países industrializados. Desta forma, a produção agrícola acaba por ser controlada pela necessidade das corporações agroalimentares mundiais por matérias primas específicas, por exemplo, o mais recente e sua estreita relação com as commodities agrícolas.

**Palavras-Chave:** Regimes Alimentares mundiais. Produção Agrícola Brasileira. Censo Agropecuário.

## **THE WORLD FOOD REGIMES AND THE BRAZILIAN AGRICULTURAL PRODUCTION, THE DATA OF THE AGRICULTURAL CENSUS OF 1920 TO 2006**

**Abstract:** The approach to world food regimes allows us to understand how they interfere in agricultural production, in this case, more specifically in Brazil. The advance and / or regression of agricultural crops can be perceived in concomitance with the emergence and fall of food regimes imposed by industrialized countries. In this way, agricultural production is ultimately controlled by the need of the world agri-food corporations for specific raw materials, for example the most recent and its close relationship with agricultural commodities.

**Key Words:** World Food Regimes. Brazilian Agricultural Production. Agricultural Census.

---

<sup>1</sup> Graduada em Agronomia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

<sup>2</sup> Doutor em Fitotecnia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus de Pato Branco.

## ARTIGOS

### 1. Introdução

As discussões a cerca dos alimentos estão intrínsecas na construção da sociedade em que estamos inseridos, bem como, ditará o destino das futuras. Os processos de construção e consolidação dos sistemas agroalimentares no mundo geraram consequências tanto no que diz respeito à mudança de hábitos alimentares da população, quanto na produção agrícola. A alimentação nos permite ter uma boa visão no que diz respeito à economia e a política mundiais, devido a sua importância para a acumulação do capital, para o sustento e para a comunidade.<sup>3</sup>

A agricultura foi direcionada à monocultura a partir da Revolução Verde e foi ao encontro com a necessidade da agroindustrialização e exportação de matéria prima, requeridas pelas grandes corporações do setor agroalimentar na era da globalização. Através da introdução de pacotes tecnológicos e introdução de variedades de alto rendimento, a produção agrícola foi modificada, a agricultura de subsistência, as sementes tradicionais e crioulas e a policultura foram drasticamente reprimidas, seja pelo avanço dos grandes latifundiários sob os pequenos e descapitalizados agricultores que não conseguiram acompanhar os avanços da agricultura, seja pelos próprios pequenos agricultores que aderiram à monocultura e aos pacotes tecnológicos.

A produção de soja e o milho ganha destaque na discussão sobre o moderno sistema agroalimentar brasileiro, ambas as commodities são matéria prima para os alimentos processados e/ou compõe a base da alimentação dos animais, principalmente do setor da avicultura industrial, da suinocultura e da pecuária. Desta forma, o mercado dita as regras de produção agrícola e estas duas culturas se estabelecem como o principal destino das áreas de cultivo de lavoura temporária no país, segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

---

<sup>3</sup> FRIEDMANN, H. Uma Economia Mundial de Alimentos Sustentável. In: BELIK, W.; MALUF, R.S. (Orgs.) *Abastecimento e Segurança Alimentar: os limites da liberalização*. Campinas: IE/Unicamp, pp. 01-21, 2000.

Os regimes alimentares mundiais e a produção agrícola brasileira, os dados do censo agropecuário de 1920 a 2006

| Jessica Odila Lourenço de Souza

| Paulo Henrique de Oliveira

A transição agrícola da diversificação para a monocultura acompanhou o processo da construção de um novo sistema agroalimentar, baseado em alimentos processados e padronizados, carnes advindas de sistemas intensivos de produção e redução da diversidade de alimentos à mesa da população brasileira. Os efeitos resultantes dos novos hábitos alimentares dos brasileiros e resultantes da introdução deste novo sistema agroalimentar, são facilmente detectados, por exemplo, no aumento da obesidade e na dieta pobre em nutrientes. O fast-food converte-se rotineiramente nas principais refeições, seja pelo preço acessível ou pelo ritmo acelerado em que a vida moderna nos impõe.

Por conseguinte o presente artigo busca fazer uma revisão da literatura a cerca dos regimes alimentares mundiais e sua influência tanto na produção agrícola mundial como na alimentação, em outro momento procura-se explorar através dos dados das séries históricas do Censo Agropecuário (IBGE), a mudança no cenário agrícola ao longo dos anos em que o mesmo foi realizado (1920, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996 e 2006) e relacionar as transformações na produção agrícola de acordo com o regime alimentar implementado em questão.

## **2. Os regimes alimentares mundiais**

Regimes internacionais são analisados e interpretados na literatura por diferentes pontos de vistas e grau de importância, o conceito chave internalizado na presente visão sobre o tema afirma, por conseguinte, que:

Os regimes internacionais são definidos como princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores. Como um ponto de partida, os regimes têm sido conceituados como variáveis

## ARTIGOS

intervenientes entre os fatores causais básicos, de um lado, e resultados e comportamentos, de outro.<sup>4</sup>

Direcionando esse conceito mais amplo para regimes alimentares, assume-se que regimes alimentares surgiram para explicar o papel estratégico do setor agroalimentar e são estruturas governadas por regras que ditam as relações internacionais de produção e consumo de alimentos, sendo que as transformações referentes ao seu funcionamento são relacionadas com a reprodução de formas de acumulação e por fim, ocorrem em períodos distintos do capitalismo.<sup>5</sup>

Outro aspecto que necessita ser abordado diz respeito a como os regimes internacionais emergem, moldam-se ao passo que modificam a economia e a sociedade e sucumbem. Um regime se modifica internamente quando ocorrem alterações de regras e procedimentos de tomada de decisões; enquanto que a mudança de regime ocorre quando há alteração nas normas e princípios no mesmo; e por fim, o enfraquecimento de um regime diz respeito a dois motivos, o primeiro a uma incoerência entre os componentes e o segundo a uma inconsistência entre o regime e o comportamento correspondente dos membros.<sup>6</sup>

Ao passo que a discussão avança perceberemos como a agricultura e a produção de alimentos se molda ao regime em que está inserido, veremos como a interferência do Estado e das relações internacionais afetam o cotidiano e a qualidade de vida das sociedades, mas também como grandes catástrofes ambientais podem sucumbir um regime e afetar a produção agrícola a um nível de interferência na economia mundial. A produção

---

<sup>4</sup> KRASNER, Stephen D. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. *International organization*, v. 36, n. 02, p. 185-205, 1982. Tradução de Dalton Guimarães, Feliciano Guimarães e Gustavo Biscaia de Lacerda *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 20, n. 42, pp. 93-110, jun. 2012.

<sup>5</sup> AGLIETTA, Michel. *A theory of capitalist regulation: The US experience*. Verso, 2000; FRIEDMANN, HARRIET; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia ruralis*, v. 29, n. 2, pp. 93-117, 1989; FRIEDMANN, Harriet. The political economy of food: a global crisis. *New left review*, n. 197, p. 29, 1993; McMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. *The Journal of Peasant Studies*, v. 36, n. 1, pp. 139-169, 2009.

<sup>6</sup> KRASNER, op. cit.

Os regimes alimentares mundiais e a produção agrícola brasileira, os dados do censo agropecuário de 1920 a 2006

Jessica Odila Lourenço de Souza

Paulo Henrique de Oliveira

agroalimentar como foco principal na análise sobre regimes internacionais busca uma percepção histórica entre economia-sociedade-natureza. Vários estudiosos unem esforços na tentativa de interpretar e analisar os processos envolvidos na construção, consolidação e transição dos regimes alimentares mundiais. A discussão proposta a seguir, fundamenta-se na interpretação de alguns autores essenciais na literatura sobre o tema, no que diz respeito ao primeiro, segundo e um possível terceiro regime alimentar mundial.

O primeiro regime alimentar “colono-colonial”<sup>7</sup> ou “diaspórico-colonial”<sup>8</sup>, abrange o período de 1870 a 1914, o segundo regime “fordista”<sup>9</sup> ou “mercantil-industrial”<sup>10</sup> compõe o período de 1947 a 1973, e por fim um terceiro regime, que abrangeria o final da década de 1980 até possivelmente o momento da globalização, os analistas do regime alimentar demoraram menos de 40 anos para concordar com o começo de um novo período experimental e contestatório, porém, ainda não existe um consenso se esse período já teria terminado ou se este pode ser problematizado como um novo regime alimentar<sup>11</sup>. No que se refere à cronologia dos regimes alimentares, a história

---

<sup>7</sup> FRIEDMANN, Harriet. Feeding the Empire: the Pathologies of Globalized Agriculture. In: Panitch, Leo; Leys, Colin (ed.), *The Socialist Register 2005*. London: Merlin Press, 2004.

<sup>8</sup> FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. *Research in rural sociology and development*, v. 11, p. 227, 2005.

<sup>9</sup> FRIEDMANN, H. Uma Economia Mundial de Alimentos Sustentável. In: BELIK, W.; MALUF, R.S. (Orgs.) *Abastecimento e Segurança Alimentar: os limites da liberalização*. Campinas: IE/Unicamp, pp. 01-21, 2000.

<sup>10</sup> FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. *Research in rural sociology and development*, v. 11, p. 227, 2005.

<sup>11</sup> BURCH, David; LAWRENCE, Geoffrey. Towards a third food regime: behind the transformation. *Agriculture and Human Values*, v. 26, n. 4, p. 267-279, 2009; FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. *Research in rural sociology and development*, v. 11, p. 227, 2005; FRIEDMANN, Harriet. Discussion: moving food regimes forward: reflections on symposium essays. *Agriculture and Human Values*, v. 26, n. 4, p. 335-344, 2009; MCMICHAEL, Philip. Global development and the corporate food regime. *Research in rural sociology and development*, v. 11, p. 265, 2005; PLOEG, van der J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS. 2008; WILKINSON, John. Network theories and political economy: from attrition to convergence?. *Research in Rural Sociology and Development*, v. 12, p. 11, 2005.

## ARTIGOS

sugere uma perspectiva de tempo entre ciclos de 25 a 40 anos até o momento.

12

O primeiro regime alimentar esteve centralizado nas importações de trigo e carne pela Europa, dos estados coloniais, sendo que, estas relações entre a Europa e estados coloniais se diferem da negociação dos monopólios do sistema colonial europeu. Esse regime adquire dois movimentos simultâneos e contraditórios, o primeiro deles seria o culminar do colonialismo, onde, este foi completamente envolvido com as rivalidades nacionais do segundo movimento mais recente para um internacional “Sistema-Estado”, sendo que, contraditoriamente a culminação do princípio colonial foi a primeira expressão dos conflitos do sistema internacional; o segundo movimento seria o crescimento do sistema Estado-nação, onde, o antigo sistema tradicional de trocas entre bens metropolitanos manufaturados e produtos tropicais, deram lugar a um novo comércio de produtos competitivos da agricultura temperada e manufaturados, desta forma, surge uma verdadeira divisão internacional do trabalho onde Estados-nação independentes e ex-colônias replicavam a produção agrícola e industrial europeia com um custo-benefício maior e adequado para suprir a escala crescente das classes trabalhadoras europeias<sup>13</sup>.

O mercado mundial de trigo surgido nas décadas posteriores a 1870, realmente não era meta de ninguém. No entanto, as grandes transferências de trigo tornou possível a realização do que os atores realmente queriam fazer, os capitalistas queriam construir ferrovias, membros da diáspora europeia queriam empurrar para trás as fronteiras contra os povos indígenas e construir Estados para rivalizar (e complementar) com os da Europa, enquanto os pobres e politicamente reprimidos da Europa queriam encontrar uma vida melhor nas colônias europeias.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> FRIEDMANN, Harriet. Discussion: moving food regimes forward: reflections on symposium essays. *Agriculture and Human Values*, v. 26, n. 4, p. 335-344, 2009.

<sup>13</sup> FRIEDMANN, HARRIET; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, v. 29, n. 2, pp. 93-117, 1989.

<sup>14</sup> FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. *Research in rural sociology and development*, v. 11, p. 227, 2005.

Os regimes alimentares mundiais e a produção agrícola brasileira, os dados do censo agropecuário de 1920 a 2006

| Jessica Odila Lourenço de Souza

| Paulo Henrique de Oliveira

O núcleo do primeiro regime alimentar foi constituído no capitalismo industrial e é composto pelas importações europeias de trigo e carne dos estados coloniais e as exportações de capitais e trabalho para organizar a produção. A reconstituição da economia mundial para uma economia internacional alterou em forma e conteúdo a divisão colonial do trabalho, antecipando assim o seu declínio. A produção colonial feita por produtores experientes passaram a concorrer com produtos produzidos em grande escala por trabalho assalariado, ocorrendo assim à substituição de produtos locais por produtos exportados de outras regiões. As matérias-primas agora fluem entre as nações, dentro de um mesmo sistema unificado e de um mercado com preço regulamentado, desta forma indústria e agricultura poderiam ter seus produtos reproduzidos nas principais economias nacionais.<sup>15</sup>

Nesse período ainda, sob a lógica dos mesmos autores, ocorreram transformações na forma de organização da agricultura e da sua relação com o mercado, o setor agrícola migrou para um setor economicamente capitalista e cada vez mais dependente de insumos químicos externos para produzir, onde antes era regulado pelas entradas cíclicas de nutrientes geradas num sistema de rotação de culturas tradicional. A relação entre a agricultura e o mercado levou ao crescimento industrial e investimentos em transportes com a finalidade de abrir novos territórios. A complementaridade entre os setores comerciais da indústria e da agricultura, originados no comércio internacional e da qual dependem, foram, paradoxalmente internalizados numa organizada economia nacional, a ideia do agroindustrial aparece pela primeira vez no meio do primeiro regime alimentar, com a sua integração internacional sem precedentes de insumos e mercado de alimentos.

O regime alimentar “*diaspórico-colonial*” tem seu fim sob a ótica de dois grandes eventos, a Grande depressão mundial e o evento ambiental “Dust

---

<sup>15</sup>FRIEDMANN, HARRIET; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia ruralis*, v. 29, n. 2, pp. 93-117, 1989.

## ARTIGOS

Bowl”. O colapso na década de 1930 deste regime ocorreu após duas gerações apenas do surgimento do mercado do trigo<sup>16</sup>. Ambos os eventos geraram consequências a nível mundial no período compreendido entre os anos de 1914 e 1947, afetando a organização econômica de muitos países e ditando um período de transição descrito como experimental e caótico<sup>17</sup>. Já a partir deste momento podemos perceber quão contraditoriamente grandiosas e frágeis são as relações que tecem os regimes alimentares.

A Grande Depressão, ocorrida na década de 1920 e findada apenas anos depois com o início da Segunda Guerra mundial, foi um dos eventos responsáveis pelo colapso do primeiro regime, foi ampla, profunda e longa, de certa forma o sistema econômico mundial era instável, porém, quando cada país voltou-se para proteger seu interesse privado, o interesse público mundial sucumbiu, juntamente com os interesses privados de todos. Alguns dos fatores econômicos, políticos e sociais que culminaram na Grande Depressão são: (1) o impacto econômico da Grande Guerra; (2) o deslocamento geopolítico econômico causado pela guerra, particularmente no Sul da Europa Central e Oriental; (3) o colapso do padrão-ouro; (4) os desequilíbrios financeiros globais e as reparações de guerra alemãs; (5) o estoque de US no mercado e a queda da bolsa em 1929; (6) falta de uma liderança financeira mundial e a aplicação de políticas econômicas equivocadas. Sendo assim, o impacto dessa crise econômica mundial serviu como critério para analisar as crises econômicas resultantes desde então.<sup>18</sup>

O “Dust Bowl”, por sua vez foi um evento corrido na década de 1930, onde numerosas tempestades de areia ocorreram no sul, nas grandes planícies e afetaram quase dois terços dos EUA, partes do México e Canadá, essas tempestades varriam o solo de tal forma que em 1940 muitas áreas planas

---

<sup>16</sup>FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. *Research in rural sociology and development*, v. 11, pp. 227, 2005.

<sup>17</sup>FRIEDMANN, Harriet. Discussion: moving food regimes forward: reflections on symposium essays. *Agriculture and Human Values*, v. 26, n. 4, pp. 335-344, 2009.

<sup>18</sup>ALBERS, Thilo; UEBELE, Martin. *The global impact of the great depression*. The London School of Economics and Political Science, London, UK. . p. 218.2015; KINDLEBERGER, Charles Poor. *The world in depression, 1929-1939*. Univ of California Press, 1986; MATZIORINIS, Kenneth. *The Causes of the Great Depression: A Retrospective*. 2007.

Os regimes alimentares mundiais e a produção agrícola brasileira, os dados do censo agropecuário de 1920 a 2006

Jessica Odila Lourenço de Souza

Paulo Henrique de Oliveira

chegaram a perder mais de 75% da sua camada superficial, as consequências ambientais e comerciais foram drásticas, as secas particularmente nos anos 1930 e 1936 levaram à quebra de safra generalizada, o valor da terra e a sua produtividade foram reduzidos, ocorreram muitos problemas de saúde relacionados à aspiração de poeira, entre outros. Desta forma, findo esse período e retornando o clima mais úmido e o aumento da cobertura do solo em 1938, ocorreu um movimento de formulação e aplicação de técnicas de conservação de solo, a partir do Serviço de Conservação do Solo (SCS), que influenciaram a agricultura norte-americana a priori e posteriormente a de muitos países.<sup>19</sup>

O fim do primeiro regime sob a interferência dos eventos detalhados anteriormente, acabou por deixar uma classe miserável de agricultores, dos quais muitos acabaram por se unir as massas em busca de trabalho; causou uma instabilidade de preços e de disponibilidade de suprimentos para a população e foi responsável por algumas ações como acordos internacionais de importação e exportação de commodities, coordenação do abastecimento de alimentos durante a Segunda Guerra Mundial pelos aliados dos governos e a criação do que veio a ser chamado de “welfare state” (Estado do bem-estar social), que buscava garantir padrões mínimos de saúde, educação, renda, habitação e seguridade social a população.<sup>20</sup>

Superada a crise e concretizado o fim do primeiro regime, os EUA assumem a frente do segundo e aparece como ligação entre os dois primeiros regimes alimentares, tendo o poder e a riqueza para proteger as suas políticas internas, bem como visão de agir a cerca dos interesses de outros governos. A estratégia dos EUA do pós-guerra foi explicitamente orientada para

---

<sup>19</sup>HORNBECK, Richard. The enduring impact of the American Dust Bowl: Short-and long-run adjustments to environmental catastrophe. *The American Economic Review*, v. 102, n. 4, p. 1477-1507, 2012; SCHUBERT, Siegfried D. et al. On the cause of the 1930s Dust Bowl. *Science*, v. 303, n. 5665, p. 1855-1859, 2004.

<sup>20</sup>FRIEDMANN, HARRIET; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, v. 29, n. 2, p. 93-117, 1989

## ARTIGOS

reestabelecer o livre comércio. A agricultura do país norteava os problemas europeus de salário, barateando bens em detrimento da agricultura familiar tradicional no final do século XIX, bem com, antecipou a agricultura industrial do século XX. Na medida em que o poder hegemônico dos EUA aumentava, o capitalismo deste tornou-se modelo para teorias do pós-guerra de desenvolvimento aplicadas ao Terceiro Mundo. Desta forma, os EUA abriram caminho da construção de um novo regime alimentar mercantil.<sup>21</sup>

O segundo regime alimentar é composto por um conjunto de relações mais complexas entre produção e consumo, enraizados numa incomumente forte proteção do Estado e na organização da economia mundial, sob a hegemonia dos Estados Unidos. Tal como no primeiro regime alimentar, neste ocorreu dois movimentos opostos do sistema estatal e da divisão internacional do trabalho: a) extensão do sistema de Estado para ex-colônias, essa expansão do sistema de Estado originado na divisão entre agricultura e indústria no final do século 19, não aprofundou a especialização colonial, e sim, a integração do segundo regime alimentar procedeu em duas novas frentes, a importação de trigo das antigas colônias de povoamento, especialmente os EUA, em detrimento da produção interna de alimentos e; a diminuição dos mercados para as exportações tropicais (açúcar e óleos vegetais), através da substituição de importações por países capitalistas avançados; b) reestruturação transnacional dos setores agrícolas por capitais agroalimentares, a agricultura se transformou num setor industrial, onde os alimentos são cada vez mais deslocados da produção de bens para uso dos consumidores finais, para produtos fabricados menos duráveis, nas economias avançadas além desta direção ao complexo de alimentos “duráveis”, ganha destaque a produção intensiva de carnes.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup>FRIEDMANN, HARRIET; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia ruralis*, v. 29, n. 2, p. 93-117, 1989; FRIEDMANN, Harriet. Feeding the Empire: the Pathologies of Globalized Agriculture. In: Panitch, Leo; Leys, Colin (ed.), *The Socialist Register 2005*. London: Merlin Press, 2004.

<sup>22</sup> FRIEDMANN, HARRIET; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia ruralis*, v. 29, n. 2, pp. 93-117, 1989.

Os regimes alimentares mundiais e a produção agrícola brasileira, os dados do censo agropecuário de 1920 a 2006

Jessica Odila Lourenço de Souza

Paulo Henrique de Oliveira

A emergência do segundo regime alimentar, “fordista” ou “mercantil-industrial”, foi responsável pela transformação dos EUA num exportador dominante; por induzir a dependência por importação do Japão, das colônias e das novas nações do Terceiro Mundo, antes autossuficientes; por transformar a Europa de uma região dominante na importação no primeiro regime alimentar para uma região autossuficiente e eventualmente grande região exportadora neste regime; paradoxalmente por enquadrara emergência de uma série de gigantes do capital agroalimentar, que eventualmente, tornaram-se poderosos atores, interferindo nos interesses tanto dos agricultores quanto dos Estados nacionais, através da industrialização da agricultura e da elaboração de produtos manufaturados vendidos por grandes redes de varejo.<sup>23</sup>

É neste período que o setor agroalimentar passa a ser dominado pelas grandes empresas, são elas que passam a controlar o fornecimento de insumos para a agricultura e pecuária, tecnologia, medicamentos veterinários, entre outros produtos que compõe a cadeia agropecuária. Nesse mesmo momento se enquadra o fornecimento de ingredientes para produtos processados, começando por fornecedores de pequenas lojas especializadas e mercados de agricultores para grandes supermercados. Modificam-se desta forma as relações, os agricultores passam a compor um quadro de compra/venda e custo/benefício.<sup>24</sup>

Mas como o primeiro regime alimentar, o segundo também chega ao momento de crise, ao passo que tomou a frente da emergência, os EUA também perderam rapidamente a posição de dominante do presente regime alimentar. Ao quebrar as barreiras antes impostas com os países rivais, e

---

<sup>23</sup> FRIEDMANN, H. Uma Economia Mundial de Alimentos Sustentável. In: BELIK, W.; MALUF, R.S. (Orgs.) *Abastecimento e Segurança Alimentar: os limites da liberalização*. Campinas: IE/Unicamp, p. 01-21.2000; FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. *Research in rural sociology and development*, v. 11, p. 227, 2005.

<sup>24</sup> FRIEDMANN, HARRIET; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia ruralis*, v. 29, n. 2, pp. 93-117, 1989.

## ARTIGOS

vender grandes quantidades de produtos agrícolas a União Soviética, causando uma escassez de alimentos generalizada e um aumento nos preços dos mesmos. Todas essas consequências fizeram com que o segundo regime alimentar começasse a enfrentar rachaduras e posterior queda.

O fim deste regime foi em função da manifestação da Crise Alimentar Mundial em 1974, neste momento a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), até então marginal à operação desse regime, passou a se dedicar a problemas com a fome e agricultura camponesa no Terceiro Mundo, neste momento bilhões de pessoas foram colocados em situação de “insegurança alimentar”, justificado pela diminuição de excedentes causada pelos EUA e consequente aumento dos preços mundiais dos grãos. A discussão sobre segurança alimentar e o direito a alimentação começam a aparecer nesse momento. Com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995, completando um acordo histórico nas relações comerciais a cerca da agricultura e assim o regime mercantil-industrial têm seu fim.<sup>25</sup>

Finalizado o segundo regime alimentar, a transição entre segundo e um possível terceiro regime se torna imparcial no que diz respeito à opinião dos analistas, tanto no que diz respeito à existência de um terceiro regime, quanto a definição deste pelos autores que acreditam na sua emergência, sendo assim na discussão proposta a seguir busca-se fazer uma revisão sobre algumas das diferentes perspectivas encontradas na literatura a cerca do possível regime alimentar emergente após 1980. Há um consenso na literatura de que existe um esgotamento do modelo de desenvolvimento social, político e econômico do pós-guerra, para tanto faz inferência do que as análises a posteriori devem distinguir ao tentar formular uma nova tendência, que são: (i) a continuação da expansão de tendências associadas ao modelo do pós-guerra; (ii) os elementos chave para a organização futura do mercado e; (iii) as medidas específicas relacionadas ao atual período de turbulência. Sendo que para o autor, no setor

---

<sup>25</sup> FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. *Research in rural sociology and development*, v. 11, p. 227, 2005.

Os regimes alimentares mundiais e a produção agrícola brasileira, os dados do censo agropecuário de 1920 a 2006

Jessica Odila Lourenço de Souza

Paulo Henrique de Oliveira

agroalimentar essas questões tornam-se cruciais, visto que existe uma confusão na literatura no que diz respeito à segunda e terceira tendências.<sup>26</sup>

Embora ocorram vários impasses na definição de um terceiro regime alimentar, ao que parece até então é que as discussões tendem a circundar um mesmo destino, a interferência das grandes corporações no setor alimentar e como estas modificaram os hábitos alimentares e a produção agropecuária mundial. As inúmeras tentativas de explicar a transição do segundo para o terceiro regime alimentar e ainda de delinear a forma e conteúdo do mesmo, chegaram num impasse, fazendo uma análise das discussões a cerca do assunto, o autor aponta que qualquer regime emergente exibiria uma tensão entre a expansão e reorganização das cadeias agroalimentares que visam à lucratividade a nível mundial pelas corporações imperiais e o desejo dos povos marginalizados pela soberania alimentar.<sup>27</sup>

Ainda, para um terceiro regime alimentar ser compreendido, deve-se aprofundar a análise em torno das operações e desenvolvimento do mais amplo sistema capitalista, do qual a alimentação é somente um componente, tal pressuposto baseia-se nas reflexões dos regimes alimentares anteriores<sup>28</sup>. Um possível terceiro regime alimentar intitulado como regime alimentar “corporativo-ambiental”, consiste em duas maneiras diferenciadas de organizar as cadeias alimentares de abastecimento, correspondendo cada vez mais a classes transnacionais de consumidores ricos e pobres, sendo que ambos são conduzidos por empresas de capitais privados, que muitas vezes vendem mercadorias de qualidade ou baratas para diferentes classes de consumidores.

29

---

<sup>26</sup> WILKINSON, John. Network theories and political economy: from attrition to convergence? *Research in Rural Sociology and Development*, v. 12, p. 11, 2005.

<sup>27</sup> BURCH, David; LAWRENCE, Geoffrey. Towards a third food regime: behind the ransformation. *Agriculture and Human Values*, v. 26, n. 4, pp. 267-279, 2009.

<sup>28</sup> BURCH, David; LAWRENCE, Geoffrey. Towards a third food regime: behind the ransformation. *Agriculture and Human Values*, v. 26, n. 4, pp. 267-279, 2009.

<sup>29</sup> FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. *Research in rural sociology and development*, v. 11, p. 227, 2005.

## ARTIGOS

A partir do final de 1960, o controle sobre a criação e gestão das cadeias de abastecimento agroalimentares passou dos fabricantes de comida para os supermercados, desta forma, introduzindo inovações nos sistemas logísticos, bem como, uma nova gama de produtos, baratos, frescos, inovadores, em muitos casos comercializados como “marca própria”, tendo o controle consolidado pelo setor varejista, uma vez que a produção interna destes foi intensificada. Nesse processo, muitos países em desenvolvimento acabaram por ser incorporados nessa cadeia de abastecimento, como fontes de matéria prima para produção de alimentos processados baratos, bem como, de animais, frutas e legumes frescos exigidos pelos consumidores do Norte. Ainda, as instituições financeiras possuem capacidade e instrumentos para reorganizar várias fases da cadeia agroalimentar, de forma a alterar termos e condições em que os atores atuantes nas cadeias de abastecimento podem operar.<sup>30</sup>

Uma análise um pouco diferenciada sobre esse período é a descrita como “*regime alimentar imperial*”, na análise do autor Império é, acima de tudo, um conjunto complexo, multifacetado em expansão e cada vez mais monopolista de ligações que coloca processos, lugares, pessoas e produtos em contato de uma forma específica. No tocante aos impérios alimentares, o autor afirma que a especificidade histórica destes, reside na combinação contraditória e sistemática de dois princípios ditos por ele como orientadores: o mercado global e o sistema da linha de montagem. Ainda, defende que foi a partir da década de 1990 que começou a ser desenvolvido um novo sistema alimentar, em suma este incorpora a combinação complexa e confusa entre o comércio livre e a regulação, além de não ter um centro político concreto, atuando como um aparelho de domínio e apropriação descentralizado e desterritorializado, controlando a produção, circulação e o consumo de alimentos em escala mundial, sugando paralelamente todas as suas propriedades.

---

<sup>30</sup> BURCH, David; LAWRENCE, Geoffrey. Towards a third food regime: behind the transformation. *Agriculture and Human Values*, v. 26, n. 4, p. 267-279, 2009.

As formas de regulação deste regime seriam desintegradas enquanto novas formas de hierarquia são introduzidas, estas buscando se adequar aos interesses convergentes dos grandes grupos do agronegócio e dos aparelhos estatais. Em relação ao “mercado livre” o autor o questiona no que diz respeito à própria liberdade do cidadão, segundo ele estamos perante a um “mercado” que em suma são estruturas coercivas e que permitem apenas rotinas específicas.<sup>31</sup>

Por fim, frente às diversas discussões a cerca do “terceiro regime alimentar”, é possível concluir que o impasse de definições existe, podemos afirmar dessa forma que a complexidade deste regime aparenta ser maior comparado aos demais. Ainda não presenciamos o estabelecimento hegemônico de um novo regime, com regras implícitas impressas na produção e consumo de alimentos e de certa forma as discussões a cerca do assunto são mais proveitosas que as conclusões<sup>32</sup>. A revisão proposta na discussão sobre regimes alimentares se restringirá aos presentes autores, porém, seria um erro desconsiderar a existência de uma abrangente literatura a cerca do assunto, entretanto não diminui o mérito das contribuições aqui descritas. Sem dúvida os regimes alimentares estão presentes na construção da sociedade moderna e suas peculiaridades os tornam complexos no que diz respeito à construção e consolidação e frágeis frente às crises ambientais e econômicas.

---

<sup>31</sup> PLOEG, van der J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008, p. 372.

<sup>32</sup> FRIEDMANN, Harriet. Discussion: moving food regimes forward: reflections on symposium essays. *Agriculture and Human Values*, v. 26, n. 4, pp. 335-344, 2009; MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. *The Journal of Peasant Studies*, v. 36, n. 1, pp. 139-169, 2009.

## ARTIGOS

### 3. Alterações nos padrões de produção agrícola pelos dados do Censo Agropecuário (IBGE)

A agricultura é um setor em constante transformação, observando a transição entre os regimes alimentares expostos anteriormente podemos perceber que a produção agrícola vem se modificando com o passar dos tempos, sendo que as commodities agrícolas foram crescentemente inseridas no meio rural em substituição a culturas tradicionais ou como opção para novas áreas. Neste sentido, busca-se fazer uma ligação dessas mudanças de ordem mundial com suas implicações na produção agrícola, bem como na mudança de hábitos alimentares no Brasil.

Tabulando os dados disponibilizados pelo IBGE levantados no Censo Agropecuário realizado nos anos 1920, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996 e 2006<sup>33</sup>, podemos observar algumas mudanças que corroboram com as colocações realizadas até aqui no que diz respeito à transição da produção agrícola brasileira nos anos em questão. Para melhor compreensão, dos dados expostos se torna fundamental de antemão explicar as escolhas realizadas.

Os dados selecionados dizem respeito a todas as culturas levantadas pelo Censo Agropecuário disponíveis na plataforma das séries históricas do IBGE e dizem respeito a seleção “*Produção Vegetal - área colhida (ha)- Dados censitários*”, a escolha é justificada pelo fato de considerar que ocorreu um aumento de produtividade em todas as culturas com o passar dos anos, sendo assim, a escolha pela área colhida apontaria para qual finalidade os agricultores estão destinando suas áreas. A Figura 1<sup>34</sup> e 2<sup>35</sup> dizem respeito a porcentagem (%) de participação das culturas referente ao total da área composta pela soma das mesmas, para uma tabulação consistente nessa etapa a cultura da laranja foi excluída pois para o levantamento da área colhida dessa cultura foi utilizada uma unidade diferente das demais (mil frutos/ha), o Censo

<sup>33</sup> IBGE. Censo Agropecuário, 1920, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996, 2006. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>> Acesso em: 30 jun. 2016.

<sup>34</sup> IBGE. Censo Agropecuário, 1920, 1950, 1960. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>> Acesso em: 30 jun. 2016.

<sup>35</sup> IBGE. Censo Agropecuário, 1920, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996, 2006. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>> Acesso em: 30 jun. 2016.

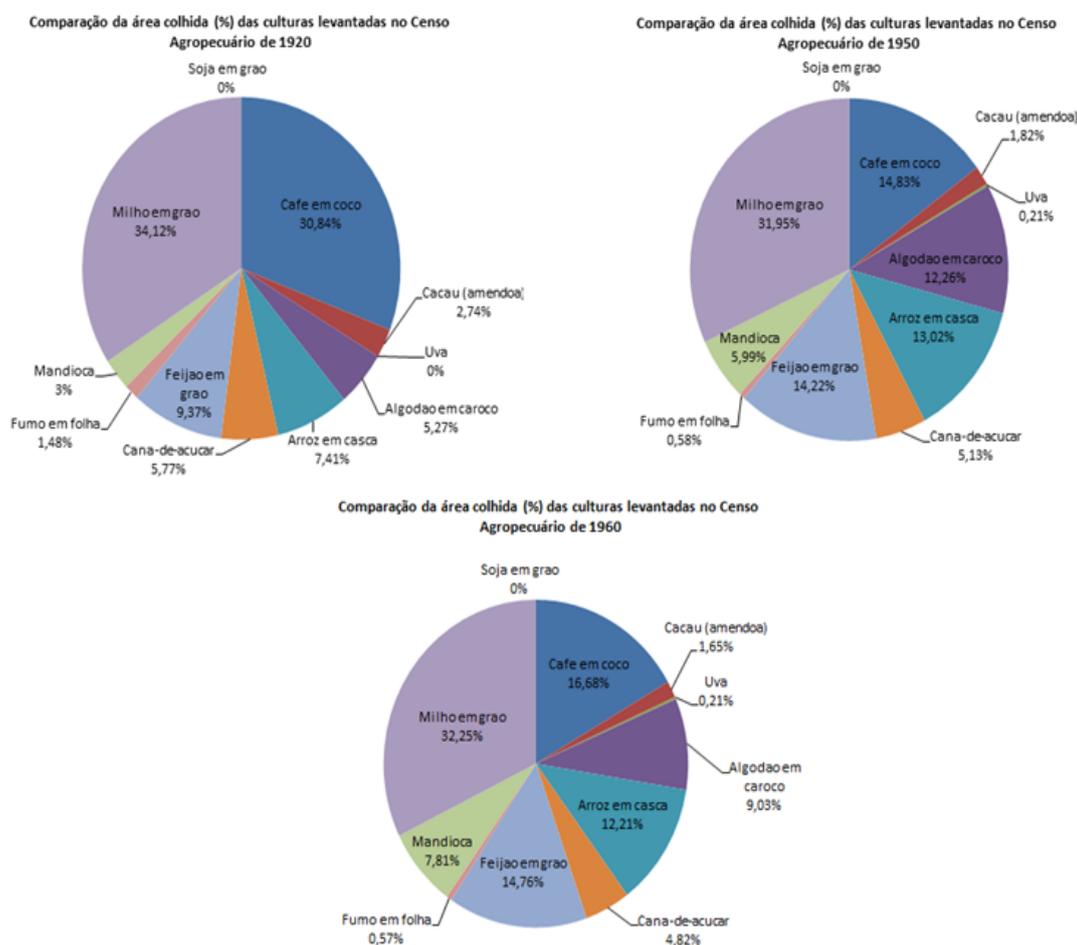
## Os regimes alimentares mundiais e a produção agrícola brasileira, os dados do censo agropecuário de 1920 a 2006

Jessica Odila Lourenço de Souza

Paulo Henrique de Oliveira

Agropecuário de 1970 em diante foi organizado separadamente pois a partir deste ano a cultura da soja passou a ter dados numéricos inclusos no que diz respeito a área colhida nacionalmente, bem como a agricultura do Brasil se modificou mais intensamente.

A Figura 1 a seguir, ilustra de maneira mais eficiente o panorama geral das culturas levantadas pelo Censo Agropecuário de 1920, 1950 e 1960.



**Figura 1.** Ilustração gráfica dos dados do Censo Agropecuário sobre a representatividade (%) das culturas em relação a área total colhida (1920, 1950 e 1960). **Fonte:** Autores.

Na Figura 1 acima é possível observar com mais clareza como as culturas se distribuem e se comportam com o passar dos anos e perceber como a

## ARTIGOS

produção agrícola se organiza. No ano de 1920 duas culturas (milho e café em caroço) correspondem por mais de 64,96% do total da área colhida levantada, enquanto em 1950 correspondem por pouco menos de 50% e outras culturas como feijão, arroz, algodão em caroço e mandioca começam a compor de maneira mais significativa o quadro geral. Retomando a discussão sobre regimes alimentares, os anos de 1920 e 1950 se enquadram no período turbulento de transição entre o primeiro e o segundo regime, período este que assiste a Grande Depressão mundial, na década de 1920. O Brasil passa por uma transição econômica e social, nesse momento prevalecia o *modelo primário exportador* em direção ao novo padrão de acumulação o do *crescimento para dentro*, fora os períodos de 1921-22 com a crise dos preços do café, 1924 com a revolução e com a industrialização e urbanização desencadeadas a partir da crise de 1929, a década de 20 como um todo apresentou um grande aumento físico e de valor nas exportações, notável expansão da área plantada dos demais produtos além do café, uma propulsão de investimento indústria, entre outros.<sup>36</sup>

O ano de 1960 se encontra em meados do segundo regime alimentar, nesse momento vemos uma distribuição maior entre as culturas do que as vistas no Censo Agropecuário de 1920, mas é a partir de 1970 que as grandes mudanças são perceptíveis e analisadas a seguir, vários fatores corroboram para as mudanças que ocorreram no setor agrícola do país nesse período como, por exemplo, a Revolução Verde, a interferência de grandes corporações agroalimentares e o mercado internacional. Sendo assim na Tabela 1<sup>37</sup>, podemos perceber a redução da área colhida de algumas culturas como trigo, arroz e algodão em caroço.

É possível também verificar nitidamente o impacto da produção de soja no Brasil a partir de 1970, onde ocorre um aumento de +615% na área colhida do grão quando comparamos o Censo de 1970 e de 2006, também percebemos outras culturas ligadas diretamente ao setor agroindustrial como a laranja,

---

<sup>36</sup> CANO, Wilson. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. *Revista Políticas Públicas*, v. 16, n. 1, 2013, s/n..

<sup>37</sup> IBGE. *Censo Agropecuário*, op. Cit..

Os regimes alimentares mundiais e a produção agrícola brasileira, os dados do censo agropecuário de 1920 a 2006

Jessica Odila Lourenço de Souza

Paulo Henrique de Oliveira

cana-de-açúcar e o fumo que também apresentando uma variação superior as demais culturas como o feijão, café e uva por exemplo. O segundo regime alimentar tem seu fim em 1973 e a partir dessa época não existe o consenso da presença de um terceiro regime como exposto anteriormente, porém é visível pelos dados apresentados a seguir as transformações no meio rural decorrentes da interferência externa e da modificação no setor alimentar.

**Tabela 1.** Relação da área (ha) das culturas levantadas pelo Censo Agropecuário 1970, 1975, 1980, 1985, 1996 e 2006 e % de variação destas entre os anos.

OPÇÃO	1970	1975	1980	1985	1996	2006	Varição entre 1970 e 2006 (%)
<b>Café em coco</b>	1635666	2266372	2449225	2636704	1812250	1687854	3,19
<b>Cacau (amêndoa)</b>	419965	457962	474837	691026	679778	515871	22,84
<b>Laranja (mil frutos)</b>	207457	252098	456458	632525	946886	596919	187,73
<b>Uva</b>	60856	52869	46878	12646	21729	63483	4,32
<b>Algodão em caroço</b>	1485280	1014005	1044457	2048772	619627	786973	-47,02
<b>Arroz em casca</b>	4312134	5662875	5712072	5173330	2977019	2409589	-44,12
<b>Cana-de-açúcar</b>	1695258	1860401	2603292	3798117	4216427	5577643	229,01
<b>Feijão em grão</b>	4081950	3895498	4361467	5480286	3225092	4327697	6,02
<b>Fumo em folha</b>	-	259479	265760	276187	304376	567970	118,89
<b>Mandioca</b>	1728670	1307251	1159260	1635594	1233138	2702101	56,31
<b>Milho em grão</b>	10670188	10741210	10338592	12040441	10602850	11724362	9,88
<b>Soja em grão</b>	2185832	5656928	7783706	9434686	9479893	15646990	615,84
<b>Trigo em grão</b>	2057898	2301145	2638320	2518086	893555	1300008	-36,83
<b>Área colhida</b>							
<b>TOTAL p/ano</b>	30541154	35728093	39334324	46378400	37012620	47907460	56,86

A década de 1960 no Brasil assistiu a grandes mudanças estruturais na economia e na agricultura, a baliza inicial espaço-temporal. Essas mudanças são vinculadas ao final do governo Juscelino Kubitschek, onde a economia liderada pelo setor industrial cresceu em termos relativos e absolutos, ocorrendo assim à expansão dos setores de energia, transportes, indústria de base e também o setor de alimentação<sup>38</sup>. Na década de 70 o Brasil passou a ser um importante participante no comércio mundial de commodities

<sup>38</sup>AMORIM, Suely Teresinha Schmidt Passos de. Alimentação infantil e o Marketing da Indústria de Alimentos. Brasil, 1960-1988. *História: questões & debates*, v. 42, n. 1, 2005.

## ARTIGOS

do sistema agroalimentar, avançando mesmo sob as condições macroeconômicas e internacionais adversas da década de 80 (crise do segundo regime alimentar)<sup>39</sup>. Em relação à interferência do Estado na produção agrícola, a presença do agronegócio na pauta de exportações do Brasil juntamente com a necessidade de geração de saldos comerciais positivos, perante as dificuldades decorrentes do endividamento externo e à confiança que as exportações crescentes seriam a mola propulsora do desenvolvimento, explicam o estímulo do governo ao crescimento das atividades ligadas ao setor.<sup>40</sup>

A crescente expansão da cultura da soja percebida a partir do Censo Agropecuário de 1970 é resultado da interferência do Estado, do comércio mundial e de um desenvolvimento de uma economia agroalimentar industrial brasileira, resultado de políticas de Estado guiadas de industrialização via substituição de importações, onde a partir da década de 1960 o Estado brasileiro lançou mão de uma mistura de estratégias na agricultura, como assentamento, crédito e tributação política visando criar um setor intensivo da pecuária baseado na produção nacional de grãos e soja, além da taxa sobre as exportações de produtos não transformados que acabou por incentivar o processamento nacional, tanto por corporações privadas, estatais, nacionais ou transnacionais. A adaptação realizada pelo Brasil com base no modelo norte-americano, mudando o foco da agricultura para a agroindústria e da gestão de excedentes para a exportação comercial, envolveu uma complexa rede internacional e transformações sociais.<sup>41</sup>

Na Figura 2, a seguir, é possível observar mais claramente como as culturas agrícolas analisadas compõem a sua trajetória no decorrer dos anos, a cultura da soja, do milho e da cana-de-açúcar ganham papel de destaque e

---

<sup>39</sup>Delgado, Nelson Giordano. Considerações acerca da inserção do Brasil no sistema agroalimentar internacional. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 25, n° 3, novembro, p. 148-168. 1997.

<sup>40</sup>SCHLESINGER, Sergio. NORONHA, Silvia. O Brasil está nu!: o avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/o-brasil-esta-nu-o-avanco-da-monocultura-da-soja-o-grao-que-cresceu-demais/> Acesso em: 25 de ago. 2017.

<sup>41</sup>FRIEDMANN, Harriet. The political economy of food: a global crisis. *New left review*, n. 197, p. 29, 1993.

Os regimes alimentares mundiais e a produção agrícola brasileira, os dados do censo agropecuário de 1920 a 2006

| Jessica Odila Lourenço de Souza  
| Paulo Henrique de Oliveira

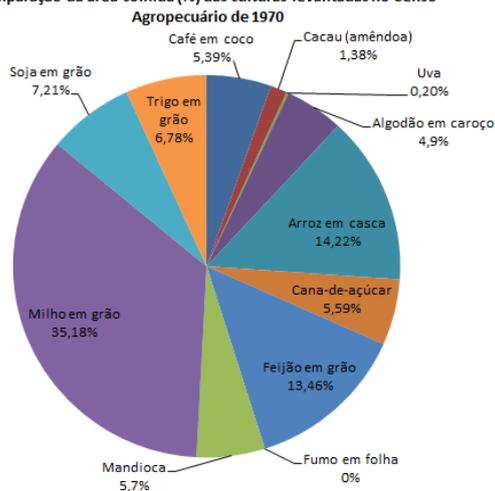
correspondem a maioria da área colhida em comparação com outras culturas do cenário agrícola brasileiro. A partir da metade do século XX, a produção agrícola passa por um processo de concentração e intensificação e a policultura juntamente com o autoconsumo tende a ceder espaço para a monocultura especializada. A monocultura internalizada na agricultura brasileira compõe um cenário acerca de como o alimento no Brasil é incorporado na necessidade do setor agroalimentar industrializado, mas também nos padrões internacionais de dieta, como a dos EUA (*fast-food*).<sup>42</sup>

---

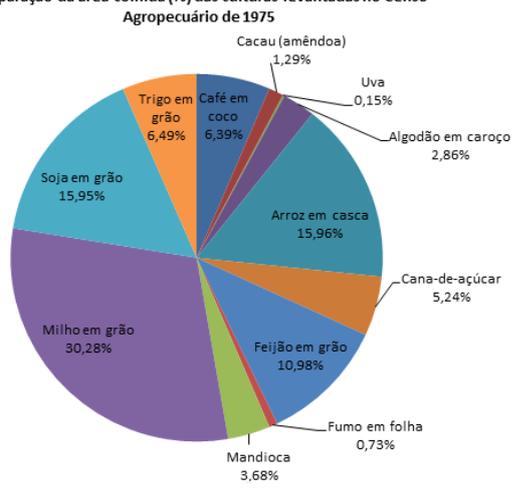
<sup>42</sup> FISCHER, C. A “McDonaldização” dos Costumes. In: FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 2007, pp. 841-863.

## ARTIGOS

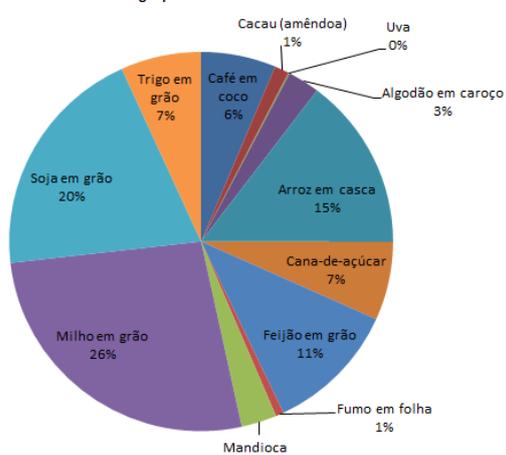
Comparação da área colhida (%) das culturas levantadas no Censo



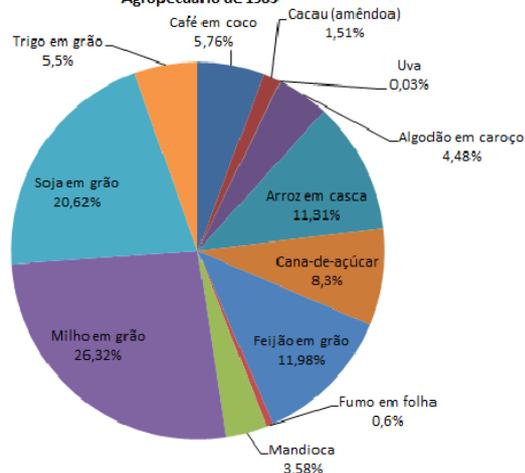
Comparação da área colhida (%) das culturas levantadas no Censo



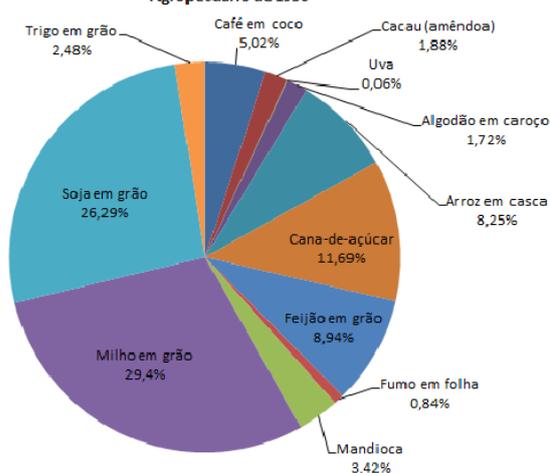
Comparação da área colhida (%) das culturas levantadas no Censo



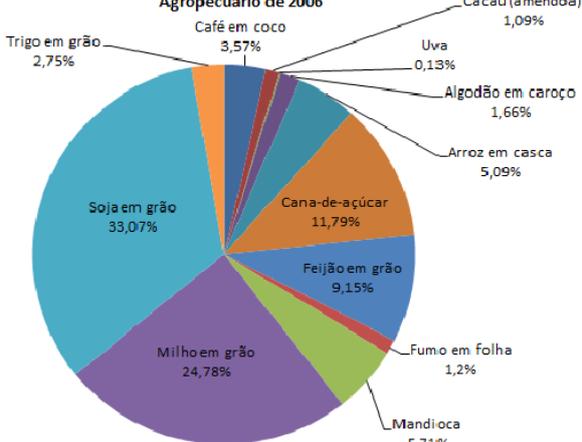
Comparação da área colhida (%) das culturas levantadas no Censo



Comparação da área colhida (%) das culturas levantadas no Censo



Comparação da área colhida (%) das culturas levantadas no Censo



**Figura 2.** Ilustração gráfica dos dados do Censo Agropecuário sobre a representatividade (%) das culturas em relação a área total colhida. **Fonte:** Autores

Os regimes alimentares mundiais e a produção agrícola brasileira, os dados do censo agropecuário de 1920 a 2006

| Jessica Odila Lourenço de Souza  
| Paulo Henrique de Oliveira

As commodities agrícolas ocuparam lugar de destaque a partir da necessidade do mercado de carnes e de produção de alimentos industrializados, a especialização da agricultura resultante desse processo atinge com mais ênfase a agricultura familiar pela pressão exercida sob os pequenos produtores que são “sufocados” pelo avanço das grandes áreas destinadas a monocultura, neste momento podemos enquadrar os pequenos produtores sob alguns aspectos: primeiramente temos os agricultores que não conseguem sobreviver no moderno sistema agrícola e acabam por compor as massas em busca de trabalho urbano; por outro lado vemos uma classe de agricultores que aderem à produção de commodities e alteram o modo tradicional de produção familiar e; por fim, temos os agricultores que por ideologia, resistência ou até mesmo visão de mercado seguem na contramão e permanecem e/ou aderem a uma produção alheia às commodities (policultura, orgânica, familiar, autoconsumo, venda direta, feiras).

A inserção de produtos industrializados, bem como de um nível cada vez maior de açúcar, gordura, óleos vegetais e compostos sintéticos é perceptível na dieta dos brasileiros assim como nas dietas dos mais variados lugares do mundo. As transformações ocorridas no sistema agroalimentar mundial interfere diretamente na alimentação diária das populações, a partir do segundo regime alimentar, a abertura das exportações possibilitou além da expansão das commodities agrícolas, a entrada de grandes corporações agroalimentares, esse movimento acabou por alterar a forma de produzir alimentos e acelerou a introdução de produtos industrializados na rotina do consumidor. Alternando a discussão para as classes sociais, no que diz respeito à acessibilidade de produtos diversos, os ricos passaram a incorporar carnes, leite, ovos e queijo ao consumo e os pobres devido à disponibilidade de gorduras vegetais baratas, passaram a incorporar uma alimentação barata e

## ARTIGOS

“diversa”, baseada em gorduras e açúcares simples, como por exemplo, frituras e refrigerantes.<sup>43</sup>

As consequências ambientais e sociais das transformações agrícola e alimentar podem ser percebidas na perda da agrobiodiversidade, no aumento de problemas de saúde como a obesidade, na poluição e destruição ambiental causadas pelo uso excessivo de produtos químicos, bem como do avanço da monocultura em grandes extensões de terra. O risco associado às ações realizadas do decorrer dos anos podem levar a perdas irreversíveis, sendo assim as ações de resistência e uma agricultura alternativa ao moderno sistema agroalimentar se tornam essenciais.

### **Considerações finais**

Na abordagem dos regimes alimentares mundiais a literatura a cerca do tema é ampla e complexa, mas coerente principalmente no que diz respeito ao primeiro e segundo regime alimentar, enquanto que um possível terceiro regime ainda se encontra em discussão pelos estudiosos da área. O impacto das alterações das regras e princípios que regem os regimes alimentares e que o fazem entrar em colapso, assim como o fim e a emergência de um novo, afetam diretamente a organização da produção agrícola no Brasil, como pode ser visto pelos dados do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em determinados anos a partir de 1920.

A produção agrícola brasileira voltou-se a atender as necessidades das grandes corporações agroalimentares que utilizam de commodities como a soja e o milho como matérias primas essenciais para a produção intensiva de carnes e produtos industrializados. O Brasil frente a esse cenário se tornou um grande produtor e exportador destas culturas, como também berço para a consolidação das grandes corporações agroalimentares dentro do país. A

---

<sup>43</sup> VELOSO, Iracema S.; FREITAS, Maria do C. S. A alimentação e as principais transformações no século XX In: FREITAS, M., FONTES, G. & OLIVEIRA, N. (orgs.). *Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 09.

Os regimes alimentares mundiais e a produção agrícola brasileira, os dados do censo agropecuário de 1920 a 2006

| Jessica Odila Lourenço de Souza  
| Paulo Henrique de Oliveira

sociedade brasileira possui grande facilidade em absorver hábitos alimentares externos, sendo assim existe uma facilidade de introdução de novos produtos cada vez mais “artificializados” na rotina da população.

Existe uma estreita ligação entre regime alimentar e produção agrícola, as peculiaridades dessa relação são extremamente interessantes e delicadas de serem abordadas, justamente pela presença de uma diversidade de interferências advindas das mais variadas origens. Ao analisarmos as consequências dos regimes alimentares dentro de um determinado país devemos ter a percepção de que existe uma dinâmica entre regime alimentar e política interna que compõe um determinado cenário e que dificilmente é encontrado com as mesmas características em outras regiões do mundo. A interferência dos regimes alimentares no Brasil são mais perceptíveis no que diz respeito à consolidação das commodities e do agronegócio, do avanço da monocultura e da alteração da dieta para produtos ricos em gordura e açúcares.

Recebido em: 20/03/2017  
Aprovado em: 18/09/2017